



O PROGRAMA NOVA INDÚSTRIA BRASIL E A PROMOÇÃO BEM-ESTAR NAS CIDADES:
REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O SETOR DE HABITAÇÃO E
CONSTRUÇÃO CIVIL

Osmar Fabiano de Souza Filho⁷⁹
Léia Aparecida Veiga⁸⁰

Resumo:

A proposta busca problematizar o programa Nova Indústria Brasil elaborado pelo governo Lula III e seu papel na promoção do desenvolvimento urbano. Dentre as seis missões do programa, a terceira é intitulada o “Bem-estar nas cidades”, que visa enfrentar a crise urbana através de investimentos em infraestrutura, mobilidade urbana e sustentabilidade. Assim, o objetivo desta proposta é colocar em perspectiva como esta missão pode auxiliar na superação da crise urbanabrasileira no setor de habitação e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais em especial da construção civil. A metodologia decorre da análise documental do plano, dados econômicos e sociais urbanos, e reflexões acerca da política industrial. A justificativa assenta-se na desindustrialização da economia brasileira, o que limita seu crescimento e agrava as questões urbanas. Assim, acredita-se que a neointustrialização brasileira possa oferecer uma alternativa ao país, fomentando inovação, o desenvolvimento de tecnologias modernas e novas técnicas.

Palavras-chave: Neointustrialização; Questões Urbanas; Habitação de Interesse Social.

Resumen:

La propuesta busca problematizar el programa Nueva Industria Brasil elaborado por el gobierno de Lula III y su papel en la promoción del desarrollo urbano. Entre las seis misiones del programa, la tercera se titula "Bienestar en las ciudades", que tiene como objetivo enfrentar la crisis urbana a través de inversiones en infraestructura, movilidad urbana y sostenibilidad. Así, el objetivo de esta propuesta es poner en perspectiva cómo esta misión puede ayudar a superar la crisis urbana brasileña en el sector de la vivienda y el desarrollo de las fuerzas productivas nacionales, especialmente en la construcción civil. La metodología se basa en el análisis documental del plan, datos económicos y sociales urbanos, y reflexiones sobre la política industrial. La justificación se basa en la desindustrialización de la economía brasileña, que limita su crecimiento y agrava los problemas urbanos. Así, se cree que la neointustrialización brasileña puede ofrecer una alternativa al país, fomentando la innovación, el desarrollo de tecnologías modernas y nuevas técnicas.

Palabras clave: Neointustrialización; Problemas Urbanos; Vivienda de Interés Social.

⁷⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, osmar.fabiano980@uel.br

⁸⁰ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina
leia.veiga@uel.br

1. Introdução

A proposta busca problematizar o programa Nova Indústria Brasil elaborado pelo governo Lula III e seu papel na promoção do desenvolvimento urbano. Dentre as seis missões do programa, a terceira é intitulada o “Bem-estar nas cidades”, que visa enfrentar a crise urbana através de investimentos em infraestrutura, mobilidade urbana e sustentabilidade. Assim, o objetivo desta proposta é colocar em perspectiva como esta missão pode auxiliar na superação da crise urbana brasileira no setor de habitação e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais em especial da construção civil.

Busca-se compreender de que maneira as políticas e ações propostas podem contribuir para melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras e fomentar o crescimento econômico em bases industriais. A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na análise documental do plano Nova Indústria Brasil, complementada por uma investigação de dados econômicos e sociais urbanos da história brasileira. Além disso, serão realizadas reflexões acerca da política industrial, utilizando-se de revisões bibliográficas e estudos de caso relevantes.

Cabe destacar que a análise será orientada por uma abordagem crítica, buscando identificar tanto as potencialidades quanto as limitações do programa no contexto atual. A justificativa para a realização deste estudo assenta-se na observação da desindustrialização da economia brasileira, um fenômeno que limita o crescimento econômico e agrava as questões urbanas. A desindustrialização precoce e acelerada brasileira, ocorrida a partir dos anos 1980, resultou na primarização da estrutura produtiva e na fragilização das cadeias produtivas.

Essa situação tem gerado um impacto negativo significativo sobre a capacidade do país de competir internacionalmente e de proporcionar uma qualidade de vida adequada para sua população urbana. Assim, espera-se que este trabalho contribua para uma compreensão mais aprofundada das políticas públicas de habitação e desenvolvimento urbano no Brasil, especificamente no contexto da neoindustrialização proposta pelo programa Nova Indústria Brasil.

Os resultados esperados incluem a identificação e problematização das estratégias para a promoção do bem-estar nas cidades, bem como reflexões acerca da importância do fortalecimento do setor de habitação e da construção civil. Acredita-se que a neoindustrialização brasileira elaborada pelo terceiro Governo Lula possa oferecer uma

alternativa viável para o país, fomentando a inovação, o desenvolvimento de tecnologias modernas e novas técnicas que, em última instância, promoverão um desenvolvimento do Brasil.

2. Procedimentos Metodológicos

Visando cumprir o objetivo estabelecido, os procedimentos metodológicos adotados neste estudo foram estruturados em duas etapas. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica abrangente para contextualizar o problema de pesquisa e identificar teorias e conceitos relevantes, com foco em políticas públicas de habitação, industrialização, desenvolvimento urbano e os desafios do setor de construção civil no Brasil. Em sequência, realizou-se uma análise documental do plano Nova Indústria Brasil (NIB), incluindo a leitura e interpretação de documentos oficiais e relatórios produzidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com ênfase nas ações e metas relacionadas à promoção do bem-estar nas cidades e ao setor de habitação.

Por fim, foram elaboradas reflexões críticas sobre a política industrial e as ações do NIB, considerando experiências históricas e análises teóricas, buscando problematizar as potencialidades e limitações do programa. O artigo a seguir se estrutura em três seções, no qual a primeira busca problematizar as políticas públicas de habitação e seu papel no desenvolvimento industrial da construção civil à luz da história brasileira. A segunda, apresenta-se o programa Nova Indústria Brasil, seu arcabouço teórico, seus objetivos e proposições. A terceira seção problematiza o papel da habitação neste programa de neointustrialização e a promoção da moradia enquanto política pública de Estado visando promover o desenvolvimento industrial.

3. Políticas Públicas de Habitação: promovendo a industrialização e o desenvolvimento da cadeia da construção civil no Brasil.

A industrialização da habitação desempenha um importante papel no desenvolvimento econômico-social, especialmente em contextos de urbanização que exigem soluções habitacionais acessíveis. Nesse cenário, as políticas públicas de habitação promovidas pelo Estado também podem desempenhar um papel impulsionador na industrialização, fortalecendo e desenvolvendo a cadeia produtiva da construção civil, e, com isso, gerar benefícios econômicos e sociais amplos. No Brasil, a experiência



histórica com políticas e ações como os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a Fundação da Casa Popular (FCP), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) podem ser, em partes, consideradas políticas públicas que materializam ações que articulam o setor da construção civil e o desenvolvimento.

Desta feita, o objetivo desta seção do artigo é problematizar esses processos históricos de desenvolvimento e de industrialização do setor da construção civil junto das políticas habitacionais promovidas pela esfera federal, e como estas estão relacionadas ou não. Acredita-se, pela experiência brasileira e exterior que o Estado com suas ações e políticas públicas desempenha um importante papel em promover o desenvolvimento das forças produtivas ligadas a essa cadeia.

Esses processos remotam o processo de industrialização no qual ocorreu a migração massiva de áreas rurais para centros urbanos, fazendo surgir a necessidade de habitações adequadas e acessíveis para a população trabalhadora que chegavam as cidades. A alta demanda por habitações, auxiliou também o desenvolvimento da industrialização dos processos construídos da habitação, uma vez que a construção de moradias em larga escala se colocava como a resposta a essa demanda.

Criou-se assim, a possibilidade de construção em massa de moradias para atender às necessidades básicas dos trabalhadores que chegavam as cidades. No Brasil, a partir de 1930 as políticas públicas de habitação têm sido essenciais para responder a essas demandas e desafios. A experiência com os IAPs, por exemplo, marcou um esforço inicial significativo na provisão de habitação para trabalhadores, influenciando a urbanização e a estrutura social das cidades brasileiras (BONDUKI, 2019).

Os IAPs, criados na década de 1930, foram responsáveis pela construção de milhares de unidades habitacionais destinadas a trabalhadores segurados. Essa iniciativa não só forneceu moradias, mas também impulsionou a cadeia produtiva da construção civil ao gerar demanda por materiais de construção, serviços de engenharia e mão de obra. Ocorreu nesse período a industrialização de materiais utilizados na construção, como encanamentos, condutores, fiação e materiais pesados.

A integração desses elementos fortaleceu desenvolvimento econômico, evidenciando um impacto das políticas públicas de habitação na promoção da industrialização, mas como destaca Bonduki (2019), a magnitude dos projetos habitacionais promoveu, também, o desenvolvimento técnico e tecnológico de empresas brasileiras com base em engenharia moderna, uma vez que estas eram desafiadas a

elaborar e materializar projetos com arquitetura modernista de alto nível de sofisticação, como pode ser visto na Figura 1 abaixo.

Figura 1: Fotografia do Conjunto Pedregulho



Fonte: BONDUKI, 2019.

Outro programa que se estabelece neste processo histórico é a Fundação da Casa Popular (FCP). Instituída em 1946 após a derrubada de Getúlio, a FCP continuou esses esforços, porém voltado para a construção de habitações populares para a população de baixa renda, assim, a redução dos custos da moradia era a busca primordial. Esta iniciativa desenvolveu a lógica de concentrar em as famílias em comunidades planejadas, com acesso a serviços básicos e infraestrutura (AZEVEDO; ANDRADE 2011).

Ademais, cabe destacar que a FCP estimulou a inovação tecnológica na construção civil, na busca por promover métodos construtivos mais eficientes e sustentáveis do ponto de vista financeiro. O impacto do setor na atividade econômica não foi algo de destaque, ademais na questão de desenvolvimento técnico e tecnológico têm-se o peculiar caso dos Iglus de Guadalupe, no Rio de Janeiro, como ilustra a Figura 2 abaixo.

Figura 2. Iglu de Concreto Construído pela Fundação da Casa Popular



Fonte: Banco de Imagens do Google.

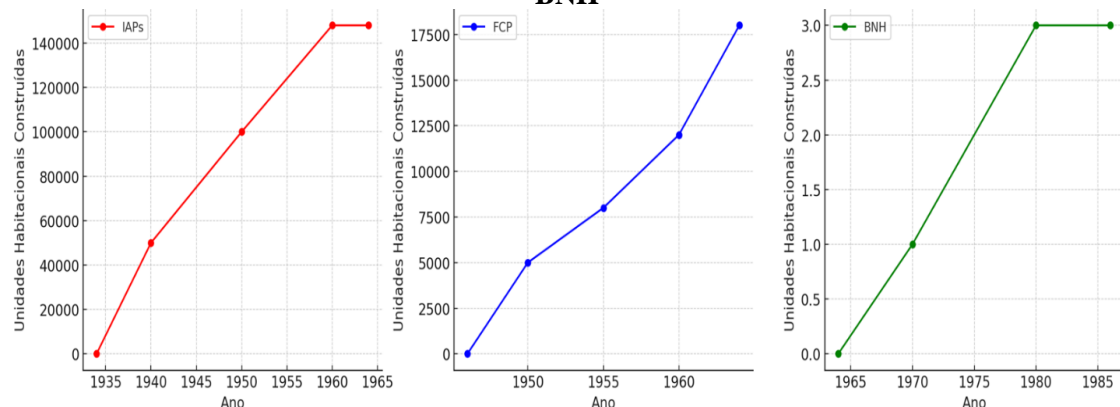
Por fim, no século XX, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, sendo dos grandes marcos na política habitacional brasileira. Criado pela ditadura militar brasileira, o BNH implementou um sistema de financiamento habitacional que promoveu em maior escala até então o acesso à moradia. A construção em larga escala de unidades habitacionais, pouco mais de três milhões em vinte e dois (22) anos produziu uma demanda por materiais de construção, serviços financeiros e logísticos o que fortaleceu a industrialização que passava o país, além do desenvolvimento da cadeia produtiva da construção civil (AZEVEDO; ANDRADE 2011).

A principal ação do BNH era financiar a construção de habitações populares, por meio da concessão de empréstimos a juros baixos para construtoras e incorporadoras imobiliárias. Para viabilizar esses empréstimos, o BNH criou as Companhias de Habitação (COHABs), que tinham a responsabilidade de adquirir terrenos, projetar e construir conjuntos habitacionais em parceria com as construtoras (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2019).

A construção desses conjuntos habitacionais era realizada com base em projetos arquitetônicos padronizados, com apartamentos de tamanhos determinados, com infraestrutura básica como água, esgoto, energia elétrica e transporte público. No entanto, com o passar dos anos, o SFH e as COHABs enfrentaram uma série de problemas, como a falta de recursos financeiros, a má gestão, a corrupção e o surgimento de problemas estruturais e de infraestrutura nos conjuntos habitacionais construídos (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Após o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, as políticas nacionais de habitação passaram a ser implementadas por meio de programas específicos do governo federal e de estados e municípios. Ainda assim, é possível dimensionar a importância do papel do Estado no desenvolvimento do setor industrial da construção civil pelo fortalecimento da demanda que o mercado por si mesmo não daria conta de alcançar. Como pode ser visualizado nos gráficos da Figura 3, houveram a construção de quase três milhões e meio de habitação incentivadas diretamente pelo Estado, estimulando assim todo o setor da construção civil necessário para a realização das obras.

Figura 3. Gráficos de Unidades Habitacionais Construídas no ÂMBITO dos IAP's, FCP e BNH



Fonte: AZEVEDO; ANDRADE, 2011.

Elaborado por: Autor.

Por fim, enquanto política pública de grande relevância promovida pelo governo federal, tem-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, no segundo mandato do Governo Lula. O programa visava reduzir o déficit habitacional do país por meio da construção e financiamento de moradias para famílias de baixa e média renda. O PMCMV exemplifica no Brasil a ideia aqui problematizada de como as políticas públicas de habitação podem integrar objetivos de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 2009).

Ao financiar a construção de mais de três milhões de unidades habitacionais, o programa impulsionou a cadeia produtiva da construção civil, gerando empregos, promovendo a inovação tecnológica e fortalecendo a economia nacional. Ademais, o programa foi desenvolvido no contexto de Crise Econômica de 2007/08, como medida econômica contra-cíclica dos efeitos da crise no país (SOUZA FILHO, 2023).

A partir destes casos práticos analisados, pode-se concluir que se as políticas habitacionais permanecerem focadas exclusivamente na compra e venda de imóveis, isso



não contribui significativamente para o desenvolvimento das forças produtivas. Isso porquê o enfoque limitado pode resultar em uma simples transferência de propriedade, sem estimular a inovação, a capacitação da mão de obra e o aumento da eficiência produtiva no setor da construção civil.

Além disso, a simples orientação mercadológica desestimula os investimentos em tecnologias avançadas perpetuando modelos tradicionais de construção, que são frequentemente menos eficientes e pouco intensivos em tecnologia. Conseqüentemente, a economia nacional não se beneficia plenamente das inovações geradas do processo produtivo, e das oportunidades de gerar empregos qualificados e fomentar o crescimento econômico.

Com isso em vista, a industrialização do processo produtivo da habitação permite o desenvolvimento e a implementação de práticas avançadas na construção civil, como o uso de materiais ecológicos e técnicas de construção eficiente em termos de energia. Assim, pode ser colocado que a cadeia produtiva da construção civil é um dos segmentos mais complexos e dinâmicos da economia, envolvendo uma ampla gama de atividades, desde a produção de materiais até a entrega do produto final, seja ele uma infraestrutura, uma edificação comercial, residencial ou industrial. O fortalecimento desta cadeia produtiva pelo Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que gera empregos, fomenta o crescimento de outros setores e contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB).

A proposta, todavia, não é a mera defesa de políticas públicas de habitação promovidas pelo Estado, mas podem o papel fundamental que este conjunto de ações pode impactar na promoção da industrialização e no desenvolvimento desta cadeia produtiva. Pode-se visualizar que o investimento neste setor atingem e influenciam diferentes dinâmicas e processos, tendo a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Um exemplo, se dá na produção de materiais, que é a base da cadeia produtiva da construção civil, que envolve desde a extração e processamento de matérias-primas como areia, pedra, calcário e argila. Passando pela fabricação de componentes, como cimento, aço, tijolos e vidro, que requerem o desenvolvimento de inovações tecnológicas para melhorar a eficiência e a sustentabilidade dos materiais

Além dos desenvolvimento de materiais, têm-se também a necessidade de desenvolvimento de planejamento e projeto que são etapas essenciais, no qual arquitetos

e engenheiros elaboram projetos e gerentes de construção desenvolvem planos para a execução da obra. A execução da obra envolve a construção real, com atividades que vão desde a terraplenagem até os acabamentos finais.

Ademais, têm-se também a logística e os serviços de apoio, como transporte de materiais e financiamento, são críticos para manter a continuidade das atividades no canteiro de obras. Nesse setor entra novamente o papel de políticas públicas que podem melhorar a infraestrutura de transporte e oferecer linhas de crédito favoráveis podem facilitar todo esse conjunto de operações e reduzir custos, como se apresenta o Programa Nova Indústria Brasil.

Para conclusão da seção, pode ser colocado que os investimentos em habitação têm um efeito multiplicador na economia, gerando demanda para uma ampla gama de setores econômicos e criando empregos diretos e indiretos. Neste sentido, a criação de políticas públicas pode fomentar o desenvolvimento econômico, técnico, tecnológico e social, promovendo a integração de trabalhadores em comunidades bem planejadas e melhorando a qualidade de vida. Acredita-se, pois, que o programa Nova Indústria Brasil exemplifica como tais políticas podem ser implementadas para enfrentar os desafios urbanos e promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável, integrando inovação, desenvolvimento tecnológico no setor da construção civil, como será apresentado a seguir.

4. O Enfoque Orientado por Missões de Mariana Mazzucato e o Programa Nova Indústria Brasil: a possibilidade de um novo paradigma para o desenvolvimento econômico e social

Elaborado no terceiro Governo Lula, a partir de 2023, e lançado no início de 2024 o programa Nova Indústria Brasil (NIB) delinea as principais ações planejadas pelo governo federal até 2026 para promover a neoindustrialização no Brasil. Esta iniciativa, a ser implementada pelo governo federal ao longo dos próximos dez anos, foi desenvolvida através do diálogo nos grupos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e se baseia em três premissas fundamentais.

A primeira delas, reconhece que o fortalecimento da indústria brasileira é fundamental para o desenvolvimento do país, abrangendo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Segundo, identifica que o Brasil tem enfrentado um processo de desindustrialização precoce e acelerado desde os anos 1980, caracterizado pela

primarização da estrutura produtiva e pela fragilização das cadeias produtivas. Terceiro, destaca que as exportações brasileiras estão concentradas em produtos de baixa complexidade tecnológica, limitando os ganhos comerciais do país (BRASIL, 2024).

Desta maneira, a NIB, portanto, configura-se como uma política sistêmica e de longo prazo, que interage com outras políticas públicas. Composta por um conjunto de instrumentos públicos de apoio ao setor produtivo, a NIB tem como objetivos: de estimular o progresso técnico; aproveitar as vantagens competitivas do país; e reposicionar o Brasil no comércio internacional. A base do programa se dá calcado em missões (BRASIL, 2024).

Mazzucato (2022) discute a importância das missões orientadas pelo Estado para enfrentar desafios globais e promover o desenvolvimento econômico e social. Segundo esta concepção, o governo deve desempenhar um papel ativo na criação de valor e na resolução de problemas complexos, ao invés de apenas corrigir falhas de mercado, como ocorre em tempos neoliberais, como o atualmente. Destaca-se assim necessidade de colaboração eficaz entre o setor público e privado, baseada em objetivos comuns e compartilhamento de riscos e recompensas.

Mesmo que a ideologia neoliberal apregoe o contrário, a capacidade do Estado para liderar iniciativas ambiciosas pode ser vista, por exemplo, na resposta do Vietnã à pandemia de COVID-19, que foi bem-sucedida devido à rápida mobilização de diferentes setores econômicos da sociedade em torno de um objetivo comum. Lamentavelmente, a ideologia neoliberal que enfraqueceu a capacidade governamental ao longo de décadas em vários Estados, resultando em uma dependência excessiva da externalização e da privatização, como observado nos casos dos Estados Unidos e do Reino Unido (MAZZUCATO, 2022).

Neste contexto, a ideia de promover políticas públicas "orientado por missões", parte da premissa que as ações governamentais devem ser projetadas para catalisar inovação e investimentos direcionados a resolver problemas específicos, como a crise climática e as desigualdades sociais. Neste sentido, o governo que atuasse sobre essas bases investiria no desenvolvimento de suas próprias competências, incluindo a capacidade de contratação e colaboração público-privada, estabelecendo uma nova direção para a economia baseada em soluções que beneficiem o público e respeitem os limites planetários (MAZZUCATO, 2022).

Esse novo paradigma econômico propõe que o governo adote um enfoque



"orientado por missões" para resolver problemas complexos e promover o desenvolvimento econômico e social. Mazzucato (2022) argumenta que o Estado deve desempenhar um papel ativo na criação de valor, em vez de apenas corrigir falhas de mercado, como ocorreu em inúmeros momentos história moderna, como o caso do programa Apolo, que levou o homem à Lua e exemplifica na prática como é possível uma colaboração entre o setor público e privado pode alcançar objetivos ambiciosos.

Todavia, as missões não são simples planos de ação no imediato, pelo contrário, estas devem ser formuladas como objetivos amplos e inspiradores, capazes de catalisar a inovação e a colaboração intersetorial. Buscando o desenvolvimento, não devem concentrar em tecnologias específicas ou tipos de empresas, mas sim em grandes problemas sociais e econômicos que exigem soluções diversas e experimentação. O exemplo que Mazzucato (2022) traz a discussão é que uma missão pode ser transformar 100 cidades europeias em neutras em carbono, o que envolveria inovações em mobilidade, governança eletrônica, infraestrutura de transporte, nutrição e construção sustentável. Assim, o desenvolvimento de uma missão integraria diferentes setores e conjunto de ações.

Para implementar missões eficazes, exige-se a necessidade de instrumentos políticos que incentivem a experimentação e recompensem a inovação, o que inclui contratos de aquisição, subsídios, empréstimos e sistemas de preços que favoreçam soluções inovadoras para problemas públicos. Desta maneira, a industrialização com o enfoque orientado por missões requer uma reorientação sistêmica das políticas fiscais e tributárias para promover a sustentabilidade e a redução de resíduos, materiais, uso de energia e poluição (MAZZUCATO, 2022).

Com isso em vista, a implementação de missões requer uma transformação interna do governo e sua ruptura com o neoliberalismo, bem como sua interação com outros agentes econômicos. Isso inclui a criação de uma governança ágil, a construção de capacidades dinâmicas no setor público e o fortalecimento das colaborações público-privadas. Deve ser pontuado ainda, que as missões não podem ser realizadas livre de direcionalidade como em grande parte das políticas atuais, que muitas vezes favorecem o mercado livre sem considerar os resultados sociais e ambientais.

Um aspecto central das missões é o compartilhamento justo de riscos e recompensas entre os setores público e privado. Mazzucato (2022) defende a redistribuição, no qual as condições são estabelecidas para garantir que todos os atores

envolvidos na criação de valor recebam uma parte justa proporcional ao seu risco, contribuição e criatividade. Isso implica contratos que assegurem que os benefícios da inovação sejam distribuídos de maneira equitativa na sociedade. Neste sentido, a promoção industrial por missões oferece uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios globais e promover um desenvolvimento econômico.

Possuindo esse arcabouço teórico como base, o texto "Nova Indústria Brasil: Plano de Ação para a Neointustrialização 2024-2026" apresenta um plano elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O plano, que conta com o apoio de várias autoridades governamentais e líderes da indústria, busca reverter o processo de desindustrialização precoce e acelerar o desenvolvimento sustentável da indústria brasileira (BRASIL, 2024).

Como colocado, a Nova Indústria Brasil (NIB) foi desenvolvida para fortalecer a indústria nacional, aumentar a produtividade e competitividade, gerar empregos de qualidade e reposicionar o Brasil no comércio internacional. O plano parte do reconhecimento de que a industrialização é essencial para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do país.

Em sua estruturação a NIB está baseada em seis missões principais que visam promover benefícios amplos para a sociedade brasileira:

- “[...] 1. Cadeias Agroindustriais Sustentáveis e Digitais para a Segurança Alimentar, Nutricional e Energética: Focada em aumentar a produtividade e a mecanização da agricultura familiar, desenvolver bioinsumos e reduzir a dependência externa de insumos agrícolas.
- 2. Complexo Econômico Industrial da Saúde Resiliente: Busca reduzir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso à saúde, aumentando a produção nacional de equipamentos médicos, fármacos e vacinas.
- 3. Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade Sustentáveis: Objetiva integrar produtivamente as cidades e promover o bem-estar urbano através de investimentos em infraestrutura e habitação.
- 4. Transformação Digital da Indústria: Aumentar a produtividade industrial através da digitalização e da adoção de novas tecnologias.
- 5. Bioeconomia, Descarbonização e Transição Energética: Garantir recursos para as gerações futuras através da promoção da bioeconomia e da descarbonização.
- 6. Tecnologias de Interesse para a Soberania e Defesa Nacionais: Desenvolver tecnologias que assegurem a soberania e a defesa do país. [...].

O plano inclui um conjunto abrangente de instrumentos financeiros e não financeiros para apoiar a neointustrialização, incluindo:

[...]Instrumentos Financeiros: Linhas de crédito, subvenções, créditos tributários e participação acionária para apoiar a inovação, infraestrutura e exportações. Exemplos incluem o Plano Mais Produção (P+P), que oferece R\$ 300 bilhões para fomentar inovação, sustentabilidade e produtividade na indústria.

Ambiente de Negócios: Medidas para aumentar a competitividade, como a promoção de novas políticas de formação e fixação de profissionais qualificados nas empresas industriais, melhorias na propriedade intelectual e na infraestrutura de qualidade.

Contratações Públicas: Utilização do poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento industrial em áreas estratégicas. Isso inclui margens de preferência para produtos nacionais, encomendas tecnológicas e a implementação de novos dispositivos da Lei de Licitações para facilitar contratações mais vantajosas. [...]

A governança do plano é realizada pelo CNDI, com grupos de trabalho específicos para cada missão. As metas aspiracionais para 2033 são definidas com base em consultas amplas e buscam direcionar os esforços do Estado e da sociedade para o desenvolvimento industrial. Essas metas incluem a inclusão socioeconômica, equidade de gênero e raça, promoção do trabalho decente, incremento da produtividade e sustentabilidade, entre outras.

O plano "Nova Indústria Brasil" representa, assim, um esforço coordenado e de longo prazo para transformar a indústria brasileira, tornando-a mais competitiva, sustentável e inclusiva. Por meio de uma combinação de investimentos públicos, políticas inovadoras e colaboração entre os setores público e privado, o plano busca superar os desafios estruturais e posicionar o Brasil como um líder global em desenvolvimento industrial sustentável.

A Missão 3 do Plano "Nova Indústria Brasil" é intitulada "Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade Sustentáveis" é o objeto de estudo deste artigo. A missão tem como objetivo integrar produtivamente as grandes cidades brasileiras e promover o bem-estar urbano por meio de investimentos robustos em infraestrutura, habitação, saneamento e mobilidade.

Em um cenário no qual o Brasil enfrenta uma crise urbana caracterizada por uma infraestrutura deficiente, falta de saneamento básico adequado, escassez de moradias dignas e sistemas de mobilidade urbana ineficazes, a missão torna-se fundamental para enfrentar os problemas e desafios urbanos do país. Visando melhorar a qualidade de vida da população e estimular o desenvolvimento econômico sustentável a missão enfrenta diretamente as desigualdades, uma vez que as deficiências contribuem para disparidades sociais, problemas de saúde pública, degradação ambiental e limitações ao crescimento

econômico.

Os objetivos da Missão 3, são:

[...]

- Melhoria da Infraestrutura Urbana:
 - Investir na modernização e expansão da infraestrutura urbana para atender às necessidades crescentes das populações urbanas.
 - Garantir a construção e manutenção de estradas, pontes, redes de energia, telecomunicações e outros serviços essenciais.
- Saneamento Básico e Saúde Pública:
 - Universalizar o acesso ao saneamento básico, incluindo água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.
 - Reduzir a incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento e melhorar as condições de saúde pública.
- Moradia Digna:
 - Promover a construção de moradias dignas e acessíveis para a população de baixa e média renda.
 - Integrar habitações em áreas urbanas com acesso a serviços públicos e infraestrutura de qualidade.
- Mobilidade Urbana Sustentável:
 - Desenvolver sistemas de transporte público eficientes, acessíveis e sustentáveis.
 - Incentivar o uso de meios de transporte não poluentes, como bicicletas e veículos elétricos. [...]

E as estratégias de implantação, são:

[...]

- Estratégias de Implementação
 - Parcerias Público-Privadas (PPPs):
 - Fomentar parcerias entre o setor público e privado para financiar e executar projetos de infraestrutura e habitação.
 - Utilizar PPPs para alavancar recursos e expertise do setor privado, garantindo a eficiência e sustentabilidade dos projetos.
 - Financiamento e Incentivos:
 - Oferecer linhas de crédito subsidiadas, subvenções e incentivos fiscais para projetos de infraestrutura, saneamento e habitação.
 - Implementar programas de financiamento habitacional que facilitem o acesso à moradia para famílias de baixa renda.
 - Planejamento Urbano Integrado:
 - Adotar uma abordagem integrada de planejamento urbano que considere as inter-relações entre infraestrutura, habitação, saneamento e mobilidade.
 - Envolver comunidades locais no planejamento e implementação de projetos para garantir que atendam às suas necessidades e prioridades.
 - Inovação e Sustentabilidade:
 - Promover a adoção de tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis na construção e manutenção de infraestrutura e habitação.
 - Incentivar a utilização de materiais sustentáveis, técnicas de construção eficientes e soluções baseadas na natureza para saneamento e mobilidade. [...]

Assim, a Missão 3 é torna-se imperativa para o desenvolvimento da realidade urbana do Brasil, abordando questões críticas de infraestrutura, saneamento, habitação e mobilidade. A abordagem integrada e sustentável desta missão busca não apenas melhorar

a qualidade de vida da população urbana, mas também promover o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Todavia, materialização desta missão dependerá da colaboração entre o setor público e privado, do engajamento das comunidades locais e da utilização de inovações tecnológicas para criar outra realidade urbanística. A seguir, problematiza-se questões que envolvem a materialização da Missão 3 na prática.

5. A Missão Três e o Desenvolvimento Industrial Brasileiro: o papel das políticas públicas de habitação neste contexto.

A construção civil é um dos setores mais dinâmicos e abrangentes da economia, como já fora apresentado, envolvendo uma vasta cadeia produtiva que vai desde a extração e processamento de matérias-primas até a entrega do produto final. Esse entendimento, aliás, foi considerando em diferentes períodos visando o desenvolvimento de políticas públicas de habitação que fortalecesse a indústria da construção civil nacional. Da mesma maneira, pode-se afirmar que a missão três busca revitalizar essa cadeia produtiva que sofre com a carência de grandes investimentos desde 2016, por meio de investimentos em infraestrutura, saneamento e moradia, podendo gerar impactos em várias frentes (MARICATO, 2019).

Neste contexto os investimentos maciços em infraestrutura e habitação torna-se importantes, uma vez que estes criam uma demanda constante por materiais de construção, serviços de engenharia e mão de obra especializada. Essas ações estimulariam a produção industrial de cimento, aço, tijolos, vidro e outros componentes essenciais, fortalecendo a indústria de base da construção civil. Ademais, o ganho de capacidade técnica e o investimento em tecnologia poderiam construir de maneira mais eficiente e sustentável, com o desenvolvimento nacional de tecnologias como a construção modular, o uso de materiais ecológicos e técnicas de eficiência energética podem ser incentivadas, aumentando a competitividade e sustentabilidade do setor, elementos que estão presentes na proposta do NIB (BRASIL, 2024).

Assim, o desenvolvimento de políticas habitacionais como o Novo Programa Minha Casa Minha Vida, são de grande importância para viabilizar esses processos. Apesar de não estar diretamente votada a produção de moradias, as políticas públicas habitacionais são fortalecidas pelo Plano Nova Indústria Brasil (NIB), uma vez garante financiamento acessível e condições favoráveis para a construção de tecnologia,

materiais, que possam construir moradias dignas e sustentáveis. Desta forma, o NIB alia os objetivos de desenvolvimento social e econômico do governo, financiando construção de milhões de unidades habitacionais por lado das políticas públicas e o NIB impulsionando a cadeia produtiva da construção civil.

Acredita-se que esta integração de políticas habitacionais em áreas urbanas com acesso a serviços públicos e infraestrutura de qualidade e o desenvolvimento tecnológico em bases industriais é fundamental para reduzir as desigualdades. No entanto, a materialização dessa missão enfrenta desafios de diferentes ordens, uma vez que se apresenta em um contexto brasileiro e mundial bastante desafiador. Um dos primeiros desafios, é a necessidade de coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da economia para garantir que os investimentos sejam eficazes e bem direcionados.

Como coloca Mazzucato (2022) a burocracia e a falta de capacidade institucional podem atrasar projetos e aumentar custos. Neste sentido, torna-se fundamental que o governo ofereça incentivos e financiamento adequado para fomentar também a inovação e aceleração dos processos. Quanto aos projetos, a criação de instrumentos como subvenções e linhas de crédito subsidiadas podem e devem ser disponibilizadas para empresas que investem em tecnologias sustentáveis e inovadoras na construção civil.

Estes conjuntos de processos e ações incluem um setor público ativo no financiamento para pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos materiais, métodos construtivos e tecnologias de automação e digitalização. Historicamente, no setor de construção civil brasileiro a habitação é um meio de difícil industrialização, como já foi colocado, em muitas das vezes a tecnificação dos processos foram ignoradas visando extrair maiores rendimentos finais com os imóveis, bem como extrair maior nível de mais-valia dos trabalhadores. Ademais, para que ocorra esse desenvolvimento técnico podem ser utilizados meios como incentivos fiscais, como reduções de impostos, oferecidos a empresas que adotam práticas sustentáveis e tecnologias inovadoras, o que isso pode incluir isenção de impostos sobre equipamentos de construção modernos, materiais ecológicos e tecnologias de eficiência energética.

Neste caminho, as elaborações de parcerias público-privadas (PPPs) são outro mecanismo crucial para a materialização da missão três e o desenvolvimento industrial da construção civil. Pois, ao estabelecer colaborações com o setor privado a missão pode alavancar recursos e expertise do setor privado para desenvolver e implementar novas tecnologias, além de exporta-las para o exterior como tecnologia ou serviço de alta



sofisticação embarcada. O governo, assim, pode colaborar com construtoras, fabricantes de materiais e empresas de tecnologia para desenvolver projetos piloto que utilizem métodos construtivos inovadores, como o caso dos Iglus de Guadalupe, de forma que a criação de centros de inovação e tecnologia dedicados à construção civil surjam em parceria com universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas, visando criar um sistema focado em P&D, treinamento de mão de obra qualificada e disseminação de novas tecnologias no mercado.

Quanto ao plano, ao reconhecer a importância de fortalecer a indústria brasileira para o desenvolvimento sustentável e abordar a desindustrialização precoce que o Brasil enfrenta desde os anos 1980, a NIB estabelece um plano abrangente que não apenas estimula o progresso técnico e a competitividade, mas também reposiciona o Brasil no comércio internacional. A missão de promover moradia digna e acessível incentiva a construção de habitações em áreas urbanas com acesso a serviços públicos e infraestrutura de qualidade, o que contribui para a redução do déficit habitacional e a melhora das condições de vida.

Destaca-se que as missões são orientadas, sobretudo, por inovação tecnológica, como a "Transformação Digital da Indústria" e "Bioeconomia, Descarbonização e Transição Energética", trazendo a possibilidade de no setor de habitação se promova a adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis na construção civil. O NIB, assim, incentiva o uso de novos materiais ecológicos e técnicas de construção eficientes em termos de energia, resultando em moradias mais sustentáveis e com menor impacto ambiental e ao integrar essas missões. Desta maneira, cria-se um meio propício para o desenvolvimento de soluções habitacionais inovadoras que atendam às necessidades da população urbana brasileira.

Outro ponto importante a destacar do NIB, é que com a modernização da construção civil surge a demanda de trabalhadores com conhecimentos técnicos específicos, o que a falta de programas de treinamento tende a limitar o potencial de crescimento e inovação do setor. Através do fortalecimento da cadeia industrial da construção civil, passa a haver a necessidade de cria-se políticas públicas que incentivem a formação profissional e a qualificação de trabalhadores são essenciais para superar essa barreira, seja com o uso e parcerias rede federal de ensino técnico, tecnológico e profissional, das redes estaduais e municipais, bem como parcerias com a iniciativa privada.

Com isso em vista, a promoção da industrialização da cadeia produtiva da construção civil por meio da missão três pode ter impactos importantes no desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Por exemplo, a construção de infraestrutura facilita a logística e reduz custos de transporte, tornando as empresas nacionais mais competitivas, além disso, uma infraestrutura urbana desenvolvida atrai investimentos, promove o desenvolvimento regional, gera emprego, renda e maior qualidade de vida para os seus cidadãos.

Contudo, deve ser considerada a realidade brasileira, na qual existe uma elite política dominante que preconiza pelo desenvolvimento de políticas neoliberais, da mesma maneira que existe no país uma extrema-direita fortalecida, que juntas representam um retrocesso civilizatório ao país, mas que se de volta ao poder, podem avançar a implementação do programa Nova Indústria Brasil e o desenvolvimento brasileiro em outras bases que não o agrário exportador. Assim, deve-se fazer a defesa do programa frente ao ideário neoliberalismo, com sua ênfase na redução do papel do Estado na economia, que como nos governos Temer e Bolsonaro limitaram os investimentos públicos em infraestrutura e habitação (SOUZA, 2019).

Porém, pelo exposto, a missão três do plano Nova Indústria Brasil, bem como o plano em si, pode impulsionar significativamente o desenvolvimento de tecnologias para a construção civil, promovendo a industrialização do setor. Acredita-se, porém, que o mais importante para essa política é fomentar a inovação tecnológica, aumentar a produtividade e competitividade da construção civil e promover um crescimento econômico que reposicione o país na divisão internacional do trabalho. Isso porquê, o desenvolvimento e adoção de tecnologias avançadas não só melhoram a eficiência e sustentabilidade das construções, mas também cria um ecossistema de inovação que pode transformar o setor em um motor de desenvolvimento econômico industrial brasileiro.

6. Considerações Finais: em busca de um outro Brasil

Como considerações finais, deve ser colocado que o trabalho não idealiza as contradições inerentes às relações entre capital e trabalho; contudo, acredita-se que é o desenvolvimento das forças produtivas, considerando a realidade brasileira, que pode promover a superação do capitalismo e pavimentar o caminho para o socialismo. Ao focar no fortalecimento da infraestrutura industrial e na inovação tecnológica, bem como na criação de políticas públicas que favoreçam a inclusão social e a redução das

desigualdades, torna-se possível construir uma base econômica sólida e equitativa.

Esta base econômica é essencial para uma transição gradual e sustentável para o socialismo, onde as relações de produção possam ser transformadas de maneira que priorizem o bem-estar coletivo sobre os interesses do capital. Acredita-se que, através de um desenvolvimento estratégico e direcionado das forças produtivas, o Brasil poderá enfrentar as contradições do capitalismo e avançar rumo a um sistema econômico mais justo e igualitário.

A industrialização tem o potencial de transformar significativamente a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Atualmente, a economia brasileira é fortemente dependente da exportação de *commodities* de baixo valor agregado, o que limita os ganhos econômicos e a participação do país nas cadeias produtivas globais de alta tecnologia. Ao promover a industrialização, o Brasil pode diversificar sua base econômica, aumentar a produção de bens manufaturados de maior complexidade tecnológica e agregar valor às suas exportações.

Essa dinâmica não só aumentaria a competitividade internacional do país, mas também estimularia a criação de empregos qualificados, o desenvolvimento de novas tecnologias e a inovação. Com uma indústria fortalecida e diversificada, o Brasil poderia reduzir sua vulnerabilidade às flutuações dos preços das *commodities* e integrar-se de maneira mais assertiva nas cadeias globais de valor, alcançando uma posição mais favorável e influente na economia mundial.

Neste sentido, o Programa Nova Indústria Brasil e, particularmente, por meio de sua Missão Três "Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade Sustentáveis", oferece uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar os desafios urbanos do Brasil. Esta missão não apenas visa melhorar a qualidade de vida nas cidades, mas também tem o potencial de promover a industrialização da cadeia produtiva da construção civil, fomentando o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Ao fomentar investimentos robustos em infraestrutura, saneamento e habitação, a missão pode criar uma demanda significativa por materiais de construção, serviços de engenharia e mão de obra qualificada, fortalecendo a indústria de base e promovendo a inovação tecnológica. Tecnologias como a construção modular, o uso de materiais ecológicos e técnicas de eficiência energética não só aumentam a competitividade do setor, mas também contribuem para a sustentabilidade ambiental.

Com essa orientação, as políticas habitacionais são essenciais nesse processo,



garantindo financiamento acessível e condições favoráveis para a construção de moradias dignas e sustentáveis. Defende-se que programas como Minha Casa Minha Vida exemplificam como políticas públicas podem integrar objetivos de desenvolvimento social e econômico, financiando a construção de milhões de unidades habitacionais e impulsionando a cadeia produtiva da construção civil. A integração de habitações em áreas urbanas com acesso a serviços públicos e infraestrutura de qualidade é fundamental para promover a coesão social e reduzir desigualdades.

Assim, em conclusão, pode ser colocado que o Programa Nova Indústria Brasil e sua terceira missão apresentam uma oportunidade significativa para alterar a realidade urbana do Brasil e promover a industrialização de uma cadeia produtiva que já fora tão importante para a economia brasileira como a da construção civil. Desta maneira, urge a necessidade de construir políticas habitacionais direcionadas para garantir o financiamento, a inovação tecnológica e a integração social necessária para alcançar esses objetivos. Acredita-se que somente com uma abordagem coordenada, inclusiva e sustentável será possível alcançar o bem-estar nas cidades e o desenvolvimento integral do Brasil.



7. Referências

- AZEVEDO, S. de; ANDRADE, LAG de. **Habitação e poder:** da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 2011.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.html. Acesso em: jun. 2024.
- BRASIL. **Nova Indústria Brasil.** Plano de ação do governo federal para a promoção da neointustrialização do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf> Acesso em: jun. 2024.
- MARICATO, ERMINIA. **Habitação e a Cidade.** São Paulo: Atual Editora, 2019
- MAZZUCATO, Mariana. **Missão economia: Um guia inovador para mudar o capitalismo.** Portfolio-Penguin, 2022.
- SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de. **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019).** 2023. p.199. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023
- SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20180023, 2019.